

Ata da sessão do Grupo de Trabalho 'Setor Público'

Conselho Consultivo da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social 2030

24.09.2026 | 10:00h - 11:30h | 23 participantes

1. Agenda da reunião

No dia 24 de setembro de 2026, entre as 10h00 e as 11h30, realizou-se online a sessão do grupo de trabalho 'Setor Público' do Conselho Consultivo da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social 2030 (CC EMPIS). Participaram 23 membros do conselho, com a seguinte agenda prevista:

10:00	Boas vindas e introdução
10:05	Enquadramento do tema e do objetivo da sessão
10:15	Discussão aberta da Recomendação 4.2 - continuidade dos projetos de inovação social
10:45	Discussão aberta da Recomendação 4.3 - capacitação das equipas do setor público
11:30	Encerramento

2. Enquadramento e objetivo da sessão

A sessão foi conduzida pelo António Miguel, com o apoio de Carlos Azevedo, da Universidade Católica Portuguesa, e da Marta Costa, da equipa da Maze.

Os membros do conselho foram recordados da fonte principal de informação do projeto (www.ccempis2030.com), onde estão disponíveis o regulamento, o calendário, as atas e a Agenda para o Impacto 2030. O mandato do Conselho Consultivo assenta em dois eixos: a análise crítica do progresso da Agenda 2030 e a co-construção da nova Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Inovação Social 2028-2034.

Foi reforçado que a sessão não era focada numa tomada de decisão: o objetivo foi recolher a experiência e o conhecimento dos membros do conselho sobre o setor público, a nível central, local, ministerial e de institutos públicos, relativamente a duas recomendações da Agenda 2030: a recomendação 4.2, sobre a continuidade dos projetos de inovação social em caso de sucesso, e a recomendação 4.3, sobre a capacitação das equipas do setor público para a contratualização por resultados.

A sessão foi gravada e transcrita.

3. Discussão da Recomendação 4.2 - Assegurar a continuidade dos projetos de inovação social em caso de sucesso

Foi partilhado que, em interações anteriores com os membros do conselho, cerca de 58% consideraram ter havido algum progresso nesta recomendação entre 2022 e 2026. Foi identificada como barreira central o facto de as entidades públicas reconhecerem o valor dos projetos bem-sucedidos, mas nem sempre disporem de mecanismo ou financiamento para os internalizar como política pública.

Boas práticas partilhadas

- **Protocolos inovadores para a continuidade de projetos de inovação social:** um representante de um instituto público partilhou que foi lançado, em 2023, um aviso de candidaturas para protocolos de experimentação de 2 anos (prorrogável até um máximo de 4), aberto pela primeira vez a entidades da economia social sem estatuto de IPSS, desde que tivessem tido financiamento prévio da EMPIS. O financiamento pode ir até 200 mil euros, e o protocolo tem a possibilidade de vir a integrar o catálogo de respostas sociais, constituindo assim uma via de internalização no setor público. Foram financiados, até à data, 11 projetos, cujo acompanhamento e avaliação de impacto são feitos por várias instituições académicas. Foram dados como exemplo os projetos 55+, no âmbito do envelhecimento ativo e saudável, e Pedalar Sem Idade, que expandiu de Lisboa para Castelo Branco através de parcerias locais.
- **Integrar para a Construção:** o mesmo representante partilhou o projeto nascido na Fundação Ageas em articulação com entidades das áreas do emprego e das migrações, que visa integrar e capacitar pessoas migrantes especializadas na construção civil.
- **Home Care 2.0:** foi ainda referida a segunda edição do projeto da Fundação Calouste Gulbenkian, focado na capacitação de entidades que entregam serviços de apoio domiciliário, que conta com o acompanhamento de um instituto público em regime de steering group, sem financiamento direto por parte deste.
- **Prescrição cultural e social:** um representante de uma autoridade de gestão regional apresentou um aviso de financiamento para um projeto-piloto de prescrição cultural, que liga saúde, bem-estar e inclusão social. Um representante da área da saúde confirmou não ter conhecimento de um projeto deste género com disseminação a nível nacional, mas referiu a existência de vários projetos de prescrição social ou cultural em curso no país, dando como exemplo protocolos assinados nesse mesmo dia com câmaras municipais e alguma internalização já em curso nos sistemas informáticos do Ministério da Saúde.
- **Vivências Sénior:** a Associação Nacional de Freguesias apresentou este projeto da Junta de Freguesia de Matosinhos, que apoia cerca de 250 séniores e já foi premiado a nível nacional. O projeto não conseguiu financiamento a nível nacional, mas foi premiado e financiado a nível europeu, tendo sido convidado a integrar uma rede europeia de promoção do envelhecimento ativo.

Barreiras e discussão transversal

- Foi partilhado que a **falta de metodologia de planeamento** é uma barreira notória: sem fundamentação, objetivos e indicadores bem alinhados entre si, mesmo projetos bem-intencionados acabam frágeis na fase de contratualização ou de avaliação de impacto. No seguimento, foi recomendado seguir as metodologias de planeamento já disponíveis para a administração pública, o PLANAPP e o REPLAN, associadas a ações de capacitação e acompanhamento contínuo das instituições, não apenas formação pontual.
- Do lado de um instituto público, defendeu-se que **o acompanhamento das instituições na sua metodologia de planeamento não deve ficar a cargo dos institutos públicos**, funcionando melhor um triângulo entre o setor público, o setor social e a academia. Um representante da área da saúde alertou, no entanto, que diferentes entidades académicas podem ter uma visão de planeamento diferente, pelo que é importante alinhar essa visão previamente.
- Foi destacada também a **dicotomia entre resultados e financiamento**: candidaturas bem apresentadas nem sempre correspondem a resultados avaliados de forma consistente. Foi pedido maior reconhecimento dos projetos das juntas de freguesia, muitas vezes desenvolvidos de forma isolada por falta de financiamento nacional dedicado, dando como exemplo o projeto Vivências Sénior.
- Foi ainda referida, do lado de um instituto público, a **dispersão de financiamentos vindos de fundações empresariais**, muitas vezes com pouca preparação para a sustentabilidade futura dos projetos. Quando esse financiamento termina, frequentemente num prazo curto, os projetos procuram o instituto, que nem sempre tem enquadramento para os receber.
- Sobre o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização da Administração Pública), foi referido que, **apesar de relevante, ainda condiciona bastante os organismos a indicadores de atividade** que influenciam a avaliação dos técnicos, e que os seus timings anuais podem dificultar a aprovação de novos projetos ao longo do ano. Foi também referido que, a partir de 2026, a avaliação do QUAR passa a trazer recompensa aos serviços, e que leis do Orçamento do Estado já impuseram no passado objetivos obrigatórios a incluir no QUAR (conciliação entre vida familiar e profissional, segurança e saúde no trabalho, avaliação da satisfação de utentes, entre outros), mostrando que este instrumento pode também ser usado para canalizar atenção para matérias relevantes, incluindo, no futuro, a inovação social. Existe um grupo de trabalho interministerial que já desenvolveu exemplos de objetivos de referência para apoiar os organismos nesta tarefa.
- Do lado da economia social, foi sublinhado o benefício que estas instituições representam para os empreendedores sociais: têm estruturas já presentes no terreno, conhecimento do território e mecanismos de financiamento já estabelecidos com o Estado, como os acordos de cooperação e os acordos atípicos com a segurança social. Foi defendido que se explore mais o triângulo entre a inovação, as instituições de economia social e o Estado, sem que a relação assente apenas no financiamento, e alertou-se para a **dificuldade de sustentabilidade dos projetos que não têm um horizonte de financiamento a longo prazo**.
- Um representante de uma autoridade de gestão regional sublinhou que a avaliação é essencial para identificar que projetos vale a pena apoiar e a que se deve dar continuidade, e questionou **como podem outras áreas, como o emprego, a educação ou a justiça, internalizar metodologias de sucesso** da forma como a segurança social já o faz, já que a maioria dos ministérios não dispõe de um mecanismo de financiamento continuado equivalente.

- Foi colocada a questão de **como um decisor sabe que uma intervenção responde às necessidades reais da população**, e quais são as prioridades gerais em contraposição às locais. Foi esclarecido que a Agenda para o Impacto 2030 não contém essa informação, e que é precisamente por isso que esta recomendação está a ser trazida ao Conselho. A equipa tem procurado, com regularidade, levantar junto dos institutos públicos as suas prioridades e os indicadores que as traduzem, sem que exista ainda uma resposta formal e estruturada a esta questão.
- Um representante de outra autoridade de gestão regional partilhou que **a falta de continuidade não é específica da inovação social**, encontrando-se em muitas outras áreas financiadas por fundos europeus. Deu como exemplos os Laboratórios Colaborativos (CoLAB) e o programa PROVERE, ambos dependentes de financiamento europeu e com dificuldade de sustentabilidade quando esse financiamento termina, sobretudo em territórios do interior mais frágeis.
- Foi ainda partilhado o exemplo de uma parceria entre duas agências públicas para colocar mediadores socioculturais e linguísticos nas escolas, financiada por uma delas por não haver, no momento em que a medida foi definida, orçamento disponível do lado da educação. Notou-se que **este tipo de sinergia já existe e é possível, mas continua a ser muito casuística**, dependendo de um bom alinhamento pontual entre governantes, projetos e organismos, em vez de resultar de um processo sistemático.

4. Discussão da Recomendação 4.3 - Formar e capacitar entidades públicas para a temática da contratualização por resultados

Foi descrito o processo de atualização do catálogo nacional de formação: este assenta num planeamento a nível nacional, articulado com a capacidade formativa instalada nos centros e com a avaliação da capacidade de investimento necessária, e em duas vias mais locais, a formação à medida de um empregador concreto ou a resposta a um conjunto de ofertas de emprego numa região que não estão a ser satisfeitas.

Foi pedido aos participantes que identificassem temáticas relevantes para o futuro programa de formação, tendo sido recolhidos os seguintes contributos:

- Necessidade de voltar ao básico e **desmistificar o conceito de inovação social**, ainda associado por muitos apenas a inovação tecnológica ou a crescimento rápido.
- **Falta de literacia sobre os próprios mecanismos internos da administração pública** (parcerias, contratos, prestação de serviços), sugerindo formação em gestão de projeto e em design de parcerias.
- **Necessidade de ser mais proativo e menos reativo**: em vez de partir de uma call aberta para depois encaixar um projeto, identificar primeiro as próprias necessidades internas e preparar previamente uma proposta, o que permite também influenciar o tipo de calls que abrem e a negociação dos próprios instrumentos europeus.
- **Formação com aplicação prática**, e não apenas técnica ou teórica, para evitar que os instrumentos existentes acabem por não ser utilizados por falta de saber por onde começar.

5. Próximos passos

- Vai ser desenhado o Programa de Formação sobre Contratualização por Resultados, com uma sessão piloto planeada para o início de dezembro de 2026.
- Próxima reunião plenária do Conselho Consultivo: 10 de dezembro de 2026.
- O relatório de progresso da Agenda para o Impacto 2030 seguiu para todos os membros do Conselho para reverem e partilharem comentários.